

ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA CNPJ 83.211.391/0001-10 Gabinete da Prefeita



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Nº- 031/2021-CI/PMSDA

Requerente: Comissão de Licitação

EDMILSON ALVES SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Jarbas Passarinho, 77, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de SãO DOMINGOS DO ARAGUAIA, nomeado nos termos da PORTARIA Nº 020/2021, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, que analisou integralmente o Processo nº 6/2021-18/PMSDA, referente a modalidade INEXIGIBILIDADE, tendo por objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA COM FORMAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA, PARA O EXERCICIO DE 2021.

VENCEDOR(ES) DO CERTAME:

LUANA SOUZA MORAIS, com o valor total de R\$ 33.000,00(Trinta e Três Mil Reais).

Conforme análise abaixo:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 1° A inexigibilidade de licitação tem com fundamento no Art. 25, caput e parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2º Anexo ao certame encontram-se a solicitações da unidade requerente informando a nomenclatura do que objetivam se licitar, a ficha orçamentária que será usada, a fonte de recursos detalhando a origem orçamentária e de recurso para aquisição em pauta, estando todas estas pautas fundamentadas no orçamento vigente.
- 3º Justifica-se a contratação do objeto do presente termo, pela necessidade de implantarmos tais ações desenvolvidas junto a **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**, por não dispormos na nossa estrutura organizacional, um quadro de profissionais habilitados no setor indicado.
- 4º Na Juntada documental do certame em pauta, encontra-se o parecer Jurídico favorável à sua continuidade, informando que todos os requisitos legais aos autos do processo administrativo de inexigibilidade de licitação, destinado a contratação conforme objeto do presente Termo do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, e



ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA CNPJ 83.211.391/0001-10 Gabinete da Prefeita



estando este de acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93, e em especial ao art. 25, caput, e cumprindo o rito estabelecido no art. 26.

Evidenciados os fundamentos e entendimentos supracitados, bem como, constatado a transparência e legalidade do certame licitatório realizado, esta Direção de Controle Interno emite PARECER FAVORAVEL para a referida contratação de LUANA SOUZA MORAIS, com o valor total de R\$ 33.000,00(Trinta e Três Mil Reais), autorizando início da vigência do contrato, concordado estarem devidamente fundamentados na Lei nº 8.666/93, e em especial ao art. 25, caput, e cumprindo o rito estabelecido no art. 26.

Consta também, comprovação no quadro de aviso e publicações dessa municipalidade o Extrato de contratos do **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, firmados com **LUANA SOUZA MORAIS.** observa-se a designação de fiscal de contrato para zelar o cumprimento do contrato, avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados, atestar formalmente nos autos dos processos as notas fiscais relativas aos serviços prestados

Sobre o certame licitatório verifica-se que se cuidou da razoabilidade, previsão orçamentária, viabilidade financeira, sendo demonstrado pela unidade requerente a necessidade dos serviços, configurando, portanto, utilização do orçamento público e receita financeira na oferta de benefícios a comunidade.

CONCLUSÃO:

Por fim, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra:

- (X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, Julgamento, Publicidade, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.
- () Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, Julgamento, Publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com a ressalva enumerada neste parecer de Controle Interno.
- () Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme improbidades ou ilegalidades enumeradas no parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.



ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA CNPJ 83.211.391/0001-10 Gabinete da Prefeita



É o parecer.

SMJ.

São Domingos do Araguaia (PA), 21 de julho de 2021.

EDMILSON Assinado de forma digital por EDMILSON ALVES
SANCHES SANCHES Dados: 2021.07.21
Edmilson Alves Sanches
Diretor do Controle Interno
Portaria nº 020/2021 — GP/SDA